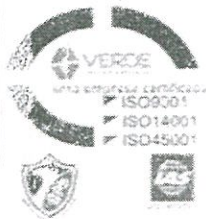


Nº. PROCESSO: 0000008141/22 PROC. ORIGEM: 0000008141/22  
ENTRADA: 16/02/2022 ULT. MOV.: 17/02/2022  
INTERESSADO: VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS LTDA  
ASSUNTO: JURÍDICO - OUTROS  
REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMSG Nº 003/2022  
PROCESSO ADM Nº 40191/2020  
DESTINO: SEMCOMP - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E S  
SECTOR DE AUT: DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO GERAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

PROC Nº 8141 / 2022

DATA 16 / 02 / 2022

SEMAD - PROTOCOLO GERAL

16 FEV 2022 08:14 1

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AOS CUIDADOS SR. PREGOEIRO

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMSG N.º 002/2022

REF.: PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 40.191/2020

VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 05.769.219/0001-73, com sede na Rua São João Batista, n.º 644, Centro, São João de Meriti, RJ, vem, mui respeitosamente, por seu representante abaixo assinado, de forma tempestiva, em conformidade com o disposto no item 7.6.1 do instrumento convocatório, apresentar

### IMPUGNAÇÃO

pelas razões de fato e de direito que passa a expor, as quais, por certo, ensejarão o acolhimento integral do pedido formulado.

Rua São João Batista, 644 - Centro - São João de Meriti - CEP: 25525-520

21-2655-8031 | CNPJ 05.769.219/0001-73

www.verdegestaoambiental.com.br



16 FEV 2022 08:14

02

## I – DOS FATOS

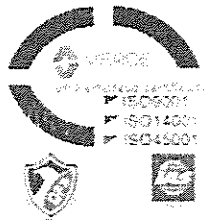
Trata-se de licitação, que está marcada para ocorrer no dia 25/02/2022 às 10:00h junto a Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Feliciano Sodré, no 100, Centro, São Gonçalo/RJ, na modalidade "CONCORRÊNCIA", do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COLETADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, compreendendo os serviços a seguir relacionados, tudo de acordo com o que determina a Lei Federal N.º 8.666/93, as normas legais e regulamentares municipais e as cláusulas e condições deste ato convocatório:

- 1.1.1. Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares;
- 1.1.2. Coleta e transporte de entulho;
- 1.1.3. Coleta de resíduos sólidos domiciliares em áreas de difícil acesso e/ou aglomerados subnormais (favelas e similares);
- 1.1.4. Coleta e transporte de Resíduos de Serviços de Saúde da rede pública municipal.

Sendo o objeto licitado compatível com sua atividade; a impugnante se interessou pelo certame e adquiriu o Edital, possuindo expertise, capacitação técnica e operacional para a execução do objeto em questão.

Ocorre que, por meio da presente peça, a Impugnante se insurge contra itens específicos do mencionado Edital, tendo em vista que estabeleceu requisitos equivocados, demonstrando que o ato convocatório não merece prosperar.

Não obstante a lisura e a idoneidade, que sempre norteiam a atividade dessa Administração Pública, cumpre assinalar que o referido Edital contém graves vícios e, caso esta Douta Comissão se digne a mantê-los estará agindo com ilegalidade e, conseqüentemente, prejudicando todo o processo licitatório, colocando em risco, desta forma, o interesse público.



16 FEV 2022 08 14 1

03

É fato que, o Edital deve trazer em seu bojo uma gama de exigências, todavia, estas não podem figurar manifestamente ilegais e conflitantes entre si, tampouco frustrar o caráter competitivo do certame, como se dá no ato convocatório em questão, pois na forma como publicado, o ato convocatório tende a, deliberadamente, eliminar o caráter competitivo do certame.

Exatamente para evitar essa lesão irreparável e grave, suficiente para alijar a **VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS EIRELI** e outras licitantes no que tange na sua participação no certame, o presente Recurso de Impugnação visa rejeitar os termos do Edital de Concorrência Pública Nº 002/2022, devendo o mesmo ser ajustado e republicado, pelos fatos, narrativas e fundamentações que seguem.

## II – DO MÉRITO

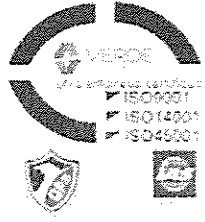
O objetivo de a empresa impugnante apresentar seu inconformismo por meio da presente impugnação é pelo fato de não estar evidente no edital que as exigências contidas neste estarem isonômicas e justas; deixando de garantir a participação de todas as empresas interessadas, além de não serem razoáveis e proporcionais ao objeto licitado.

Para tanto, necessário se faz, além da elaboração de propostas adequadas ao que prevê o Edital, de observância obrigatória em cumprimento ao princípio da vinculação do instrumento convocatório, que se dê oportunidade ao maior número de interessados de participarem do processo, para que se atinja a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Por sua vez, o Edital, deverá conter todas as especificações necessárias a habilitação dos concorrentes, bem como para elaboração das referidas propostas – o que não está presente neste Edital; sob pena de não atingimento do objetivo do certame que é, conforme já dito, a ampla concorrência para a seleção da melhor proposta para a Administração.

Assim, não resta outra alternativa à Douta Comissão senão realizar os ajustes apontados, revogando o presente certame e republicá-lo, o que garantirá maior competitividade na contratação, publicidade dos atos, segurança jurídica e a obtenção da proposta mais vantajosa.

Vejamos, como segue.



## II.1 – DA EXIGÊNCIA ABUSIVA DO SUBITEM 9.4.4.1 DO EDITAL

É certo que as exigências relativas à qualificação técnica deverão limitar-se às elencadas no artigo 30 da Lei de Licitações.

No item 9.4.4.1 do edital, solicita apresentação de responsável técnico pertence ao quadro permanente da empresa. Contudo, nossos responsáveis técnicos são contratados através de contrato de prestação de serviço.

O termo “quadro permanente” existente no corpo do § 1º, inciso I, da Lei 8666/93 que reza:

I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

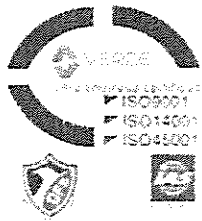
A Administração Pública diante de uma interpretação equivocada da norma jurídica acima mencionada vem exigindo dos licitantes a comprovação de possuir profissional de nível superior em seu quadro de funcionário através do registro em carteira (CLT). Entendemos que se trata de uma exigência ilegal merecendo reprimenda pelas Cortes de Contas competente.

Consideramos que um contrato de prestação de serviço entre o licitante e o profissional atenda o regrado no dispositivo legal em comento. Não é razoável exigir que as empresas mantenham profissionais sob vínculo empregatício apenas para participar de licitação.

O vínculo trabalhista é uma opção e não poderá ser uma regra. O TCU já pacífico o assunto:

“abstenha de exigir comprovação de vínculo empregatício do responsável técnico de nível superior com a empresa licitante, uma vez que extrapola as exigências de qualificação técnico-profissional, definidas no art. 30, § 1º, inc. I, da Lei nº





14 FEV 2022 08 14 1

05

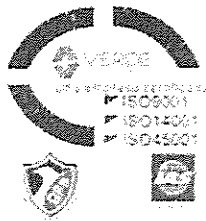
8.666/1993, e passe a admitir a comprovação da vinculação dos profissionais ao quadro permanente por intermédio de apresentação de contrato de prestação de serviço, de forma consentânea ao posicionamento jurisprudencial da Corte de Contas nos Acórdãos nºs 361/2006-Plenário, 170/2007-Plenário, 892/2008-Plenário e 1.547/2008- Plenário (item 1.5.2, TC-021.108/2008-1)

"...o profissional esteja em condições de desempenhar seus trabalhos de forma efetiva no momento da execução contratual. Sendo assim, o contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum se revela suficiente para a Administração Pública" (Acórdão n.º 1898/2011-Plenário, TC-011.782/2011-0, rel. Min. Raimundo Carreiro, 20.07.2011.)

"É desnecessário, para comprovação da capacitação técnico-profissional, que o empregado possua vínculo empregatício, por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS assinada, sendo suficiente prova da existência de contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum, tratada no art. 30, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993." Acórdão 103/2009 Plenário (Sumário)

**Concorrência para execução de obra: 1 – Exigência de vínculo empregatício entre o responsável técnico e a empresa licitante, para fim de qualificação técnico-profissional**

É desnecessário, para fim de comprovação da capacitação técnico-profissional, prevista no art. 30, §1º, I, da Lei n.º 8.666/93, que o profissional mantenha vínculo empregatício, por meio de contrato de trabalho, sendo suficiente prova da existência de contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil comum. Foi esse o entendimento defendido pelo relator, ao apreciar representação acerca de possíveis irregularidades existentes nos editais das Concorrências n.os 016/2009, 022/2009 e 026/2009, promovidas pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belém/PA, para a construção de agências de atendimento da Previdência Social. A representante contrapõe-se à exigência constante do item 2.3, alíneas "c", "e" e "f", dos respectivos editais, que obriga a licitante a fazer prova de que o responsável técnico (engenheiro) integra o seu quadro permanente, mediante vínculo empregatício ou mesmo societário, não aceitando que ele seja profissional autônomo, contratado pela licitante para a prestação de serviço, em desacordo com a jurisprudência do TCU. A unidade



07  
0022 0814 1

Com sapiência, o jurista Marçal Justen Filho leciona:

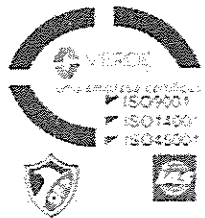
Não é possível, enfim, transformar a exigência de qualificação técnico-profissional em uma oportunidade para garantir 'emprego' para certos profissionais. Não se pode conceder que as empresas sejam obrigadas a contratar, sob vínculo empregatício, alguns profissionais apenas para participar de licitação. A interpretação ampliativa e rigorosa da exigência de vínculo trabalhista se configura como uma modalidade de distorção: o fundamental, para a Administração Pública, é que o profissional esteja em condições de efetivamente desempenhar seus trabalhos por ocasião do futuro contrato. É inútil, para ela, que os licitantes mantenham profissionais de alta qualificação empregados apenas para participar da licitação.

Aliás, essa é a interpretação que se extrai do próprio art. 30, quando estabelece que as exigências acerca de pessoal qualificado devem reputar-se atendidas mediante mera declaração de disponibilidade apresentada pelo licitante. Como justificar entendimento diverso a propósito de profissionais de maior experiência? Não se afigura existente alguma resposta satisfatória para tal indagação. (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11º Ed, São Paulo: Dialética, 2005, páginas. 332 e 333).

Diz o Enunciado:

É ilegal a exigência, para fins de pré-qualificação, que os profissionais detentores de atestado de responsabilidade técnica e/ou certidão de acervo técnico devem pertencer ao quadro permanente da licitante na data de entrega da documentação (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993).

Em suma, se desejam participar de uma licitação, seja na forma de pregão, seja na forma de concorrência, não há a necessidade de comprovarem a existência de vínculo profissional entre sua empresa e o responsável técnico antes da assinatura do contrato com a Administração Pública e, muito menos, atestarem que tal vínculo resulta de contrato de emprego, bastando a promessa escrita e assinada por aquele que se compromete a ser o futuro responsável técnico pela execução do contrato e que estabelecerá, futuramente, com a empresa.



1322 0814 1

08  
P

Portanto, a exigência exposta no subitem 9.4.4.1 do edital limita a participação de empresas que disponham de profissionais vinculados por contrato de prestação de serviços, o que ocorre por descumprimento da norma vigente.

Ora, exigir que a empresa detenha profissional em seu quadro permanente somente por vínculo empregatício é fator inibidor e limitador do caráter competitivo do certame, contrariando a correta determinação legal de que o licitante obriga-se a comprovar o vínculo profissional seja por contrato de prestação de serviços ou declaração para posterior inclusão do profissional ao seu quadro técnico.

Desta forma, para a aplicação adequada da lei, urge a alteração do subitem 9.4.4.1 Edital ora debatido.

## **II.2 – DA EXIGÊNCIA DE LICENÇAS AMBIENTAIS NA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DIVERGENTES DO QUE REQUER A LEI Nº 8.666/93**

O Edital solicita que a licitante que deseja participar do referido pregão, venha a apresentar no envelope de habilitação juntamente com os requisitos exigidos para a qualificação técnica a apresentação de Alvarás de licenças ambientais, no entanto se faz necessário entender para que servem tais licenças, vejamos:

O Licenciamento Ambiental é um procedimento obrigatório para empreendimentos que possuem atividades com algum grau de probabilidade (baixo, médio ou alto) de causar danos ambientais. Foi instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente na Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 e pode ser requerido por órgãos federais, estaduais ou municipais, dependendo do tipo de atividade e potencial poluidor.

Contudo, a Lei 8666/93 é de cunho Federal e não pode ser inferior a qualquer política nacional de implantação e assim, a licitação em voga possui requerimentos documentais que excedem e exigem mais do que deveriam solicitar para o rol de habilitação.

Os subitens 9.4.8, 9.4.9 e 9.4.10 do Edital exigem respectivamente apresentação de licença ambiental de operacional de garagem, de licença ambiental de manutenção de seus veículos e de licença ambiental de recepção e disposição final.



16 FEV 2022 08 14 1

09

Entretanto, a imposição dessa documentação como requisito habilitatório não encontra guarita na legislação em vigor, bem como na doutrina e na jurisprudência, pois não se encontram na relação de documentos exigidos para a habilitação técnica, de que fala o “caput” do Art. 30 da Lei 8.666/93:

**“A documentação alusiva à qualificação técnica limitar-se-á:”**

**O termo “limitar-se” estabelece que a relação de documentos é taxativa, e não exemplificativa, o que implica que não poderão ser solicitados mais documentos que os constantes dos incisos do alegado texto.**

Nessa direção, existe a Instrução Normativa SLTI 02/2008, que dispõe sobre as diretivas gerais para a contratação de serviços continuados ou não, que em seu art. 20, § 1º, estabelece:

“Exigências de certificação de propriedade, apresentação de laudos e licenças de qualquer natureza apenas serão devidas pela empresa vencedora da licitação, dos proponentes só poderá pedir tão apenas Declaração de Disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentá-los no momento oportuno”.

Também a IN 05/2017 posiciona sobre a vedação de exigências de licenças em sede de habilitação:

## **2. Das vedações:**

### **2.1. É vedado à Administração fixar nos atos convocatórios:**

...(…)...

**2.2. Exigências de comprovação de propriedade, apresentação de laudos e licenças de qualquer espécie só serão devidas pelo vencedor da licitação; dos proponentes poder-se-á requisitar tão somente declaração de disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentá-los no momento oportuno; (GRIFOD NOSSOS)**

A instrução atual é que essas documentações sejam exigidas apenas do ganhador do processo licitatório.

Durante o período de habilitação, o órgão contratante, deverá apenas exigir dos proponentes uma declaração de disponibilidade dessa documentação ou de que a empresa reúne condições de apresentá-la no momento adequado.

Com essa afirmação, a avaliação da documentação deverá ser efetuada em ação anterior à admissão, com a empresa que foi declarada vencedora.





16 FEV 2022 08 14 1

10

O Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU - Acórdão n.º 125/2011-Plenário, TC015.085/2010-4, rel. Min-Subst. André Luís de Carvalho), segue no mesmo sentido na análise de um pregão para contratação de serviços, **para que a licença ambiental de operação fosse exigida apenas do vencedor da licitação.**

A Lei nº 8.666, de 21/06/1993 em seu art. 3º traduz o que a Administração deve cumprir na realização da presente licitação, vale lembrar que a não observância do preceituado nesta legislação acomete-se em desvirtuamento da finalidade master, qual seja, o interesse público.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1.º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (GRIFOS NOSSOS).

A exigência dessas documentações como condição habilitatória não tem amparo na legislação, bem como na doutrina e na jurisprudência, sob a justificativa de não constar do rol de documentos exigidos para a habilitação técnica, constante do art. 30 da Lei 8.666/93, que dispõe em seu "caput":

"A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á.". O termo "limitar-se" estabelece que o rol de documentos é taxativo, e não exemplificativo, o que implica que não poderão ser solicitados outros documentos que não os constantes dos incisos do referido artigo.

A orientação atual é que essas documentações sejam exigidas somente da vencedora da licitação.



16 FEV 2022 08 14 1

11

Durante a fase de habilitação, deverá somente ser exigido dos proponentes uma declaração de disponibilidade dessas documentações ou de que a empresa reúne condições de apresentá-la no momento oportuno. Com essa hipótese, a verificação da documentação deverá ser efetuada em ato precedente à contratação, com a empresa que foi declarada vencedora. Nesse sentido, temos a Instrução Normativa n.º 02/02, que dispõe sobre as diretrizes gerais para a contratação de serviços continuados ou não, que em seu art. 20, § 1º, estabelece:

“Exigências de comprovação de propriedade, apresentação de laudos e licenças de qualquer espécie só serão devidas pelo vencedor da licitação; dos proponentes poder-se-á requisitar tão somente declaração de disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentá-los no momento oportuno”.

“Apresentação de laudos e licenças (alvarás) e comprovação de propriedade só são devidos ao vencedor da licitação; durante a habilitação poderá ser exigida somente declaração de disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentar em momento oportuno”. Ademais, registramos a existência de Acórdão exarado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, no qual tivemos disposição no mesmo sentido na análise de um pregão para contratação de serviços, para que a licença ambiental de operação fosse exigida apenas do vencedor da licitação (TCU - Acórdão n.º 125/2011-Plenário, TC-015.085/2010-4, rel. MinSubst. André Luís de Carvalho).

Logo, pelos equívocos apontados, pede-se a retificação do Edital, retirando a obrigatoriedade de apresentação em sede de habilitação das Licenças Ambientais de operação de garageamento, de manutenção de seus veículos e de recepção e disposição final, como citam os subitens 9.4.8, 9.4.9 e 9.4.10 do ato convocatório, que no formato apresentado contrariam o art. 30 da Lei 8.666/93, deixando suficiente a apresentação à licitante vencedora no ato da assinatura do contrato, para que não haja limitação de proponentes na referida licitação.

### II.3 - DA SOLICITAÇÃO ABUSIVA CONTIDA NO SUBITEM 9.5.3 DO EDITAL

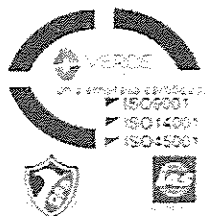
O artigo 31 da Lei 8.666/93 elenca o rol taxativo da documentação máxima a ser exigida para à qualificação econômico-financeira no processo licitatório, devendo ser apresentada na forma da Lei e, com o intuito único de comprovar a boa situação financeira da empresa. Todavia, observa-se o Edital

Rua São João Batista, 644 - Centro - São João de Meriti - CEP: 25525-520

21 2655-8031 | CNPJ 05.769.219/000.1-73

[www.verdegestaoambiental.com.br](http://www.verdegestaoambiental.com.br)





08/14/11

12

ora impugnado, traz exigência exorbitante quanto a comprovação relativa à qualificação econômico-financeira das licitantes, o que certamente limita o caráter competitivo do certame.

A Concorrência em questão prevê a contratação com prazo de vigência para 12 (doze) meses e valor global estimado em R\$ 66.239.511,36 (Sessenta e seis milhões, duzentos e trinta e nove mil, quinhentos e onze reais e trinta e seis centavos).

Para a qualificação econômico-financeira, o instrumento convocatório exige demonstrações contábeis que demonstrem capital circulante líquido ou capital de giro, de no mínimo 16,66% do valor estimado da contratação:

9.5.3. Comprovação de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

Nesse vértice, as cláusulas do instrumento convocatório da Concorrência 002/2022, se for mantida pelo Gestor Público, resultará na elevação considerável dos patamares estabelecidos na Instrução Normativa nº 05/2017 para a qualificação econômico-financeira. Tal majoração representará a exigência de que os licitantes comprovem capital circulante/capital de giro mínimo 16,66% (capital de giro/circulante).

É certo que as condições de qualificação econômico-financeira apontadas nesta Impugnação, por si só, já ensejam dúvidas quanto à mitigação substancial do caráter competitivo do certame. Porém, há outro aspecto que deve ser destacado, que consiste na função regulatória das licitações, as quais não se destinam apenas a buscar o melhor custo/benefício, mas também a promover os fins, ditames e princípios da ordem econômica previstos no art. 170 da Constituição Federal.

Com efeito, as recentes inovações na legislação respectiva, sobretudo as inseridas pela Lei 12.349/2010, demonstram um novo viés do Direito Administrativo quanto às finalidades das licitações públicas. Referem-se às recentes alterações que visam fomentar a participação de micro e pequenas empresas nos certames, o desenvolvimento nacional mediante vantagens conferidas a empresas que produzem bens e serviços produzidos no país, a previsão de margem de preferência a empresas que promovem a acessibilidade entre seus empregados, além da promoção de uma sustentabilidade ambiental.



16 FEV 2022 08 14 1

13

Trata-se da função regulatória das licitações públicas e, como destaca o renomado administrativista Flávio Amaral Garcia, impõe a observância de finalidades públicas por parte da Administração Pública:

“O recurso à contratação pública como mecanismo de implementação de outros valores constitucionais vem sendo cada vez mais utilizado no Brasil e em outros Países como ferramenta importante de intervenção estatal no domínio econômico. Marcos Juruena Villela Souto foi o primeiro autor a tratar do tema, cunhando a famosa expressão “função regulatória” da licitação”.

O subitem 9.5.3 do Item 9.5 do instrumento convocatório implica na eliminação de microempresas, empresas de pequeno porte e até de empresas de médio porte, já que elevam em muito o Capital de Giro mínimos exigidos na Instrução Normativa nº 05/2017. Dessa forma, viola-se a finalidade das disposições constitucionais e legais que visam conferir tratamento diferenciado às duas primeiras modalidades de empresas licitantes.

A função regulatória das licitações é uma tendência e realidade atualmente, já que está expressamente prevista no art. 170 da Constituição Federal. Ademais, ela apresenta como uma de suas facetas evitar o crescimento de mercados monopolizados em compras e serviços fornecidos à Administração Pública, os quais reduzem expressivamente o caráter competitivo nos certames.

A respeito, destaque-se doutrina que elucida esse novo viés das licitações:

“Daí poder-se afirmar que, em mercados monopolizados (ou oligopolizados), dominados por poucos agentes econômicos, não há efetiva competição. Por consequência, sem competição, não há que falar na validade de procedimentos licitatórios, pois a inexistência de concorrência em um mercado no qual, a princípio, ela fosse possível indica haver alguma falha a ser corrigida.

Com base nesse fundamento e no princípio da economicidade (previsto no art. 70 da CFRB), é que o Estado intervém na economia, por meio da formação de procedimentos licitatórios, de modo a evitar a dominação de mercados, dando pleno atendimento ao disposto no art. 173, § 4.º, da Constituição da República.

O objeto dessa intervenção é corrigir “falhas no seu mercado” de contratação, especialmente a existência de barreiras à entrada de novos competidores em mercados dominados. Com isso, o procedimento licitatório será palco da efetiva concorrência entre os licitantes, propiciando contratações mais econômicas para a Administração Pública.





16 FEV 2022 08 14 1

14

Essa é a ótica pela qual o instituto da licitação deve ser analisado. Afinal, a licitação – tal como a concorrência – não é um fim em si, mas um instrumento para que a Administração selecione a melhor proposta dentro de um mercado livre de concentrações econômicas.

Entretanto, não é só. A licitação, atualmente, tem servido para outras finalidades.

Trata-se da denominada “função regulatória da licitação”. Por esta teoria, o instituto na licitação não se presta, tão somente, para que a Administração realize a contratação de bens e serviços a um menor custo; o referido instituto tem espectro mais abrangente, servindo como instrumento para o atendimento de finalidades públicas outras, consagradas constitucionalmente.

Vários são os exemplos de políticas setoriais que vêm se utilizando da licitação (do poder de compra do Estado) para concretizar outros valores, dentre os quais destacam-se a proteção do meio ambiente, o tratamento diferenciado conferido às microempresas e às empresas de pequeno porte e, de maior relevo para os fins do presente estudo, o fomento ao desenvolvimento tecnológico no País. (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e Contratos Administrativos. Editora Método: 7ª Edição Revista, Atualizada e Ampliada. 2018).

Além disso, várias empresas estão sendo alijadas da participação do certame em razão do subitem 9.5.3 do Edital, embora apresentem-se sadias financeiramente e em condições competitivas de mercado. Tal cenário ocasionará a restrição do número de licitantes na disputa, diminuindo o caráter competitivo do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa decorrente do menor preço.

Nada mais exato. O art. 3º, § 1º da Lei nº 8666/1993 (legislação que rege a presente licitação) dispõe que “é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”.

Com efeito, a manutenção do subitem 9.5.3 do Edital afrontará os princípios da isonomia e da razoabilidade, deixando de fora do certame uma diversidade de empresas plenamente aptas a executar os serviços com excelência. No caso, a restrição contida no subitem supramencionado apresenta-se desarrazoada e injustificável e deve ser retirada do ato convocatório.



16 FEV 2022 08 14 1

15

## II.4 – DA VEDAÇÃO DE EXIGÊNCIAS QUE ONEREM AS LICITANTES

Destaca-se que o entendimento pacificado de toda a doutrina aplicada a área de licitações assegura que a administração não pode imputar qualquer despesa à empresa que deseja participar de certame licitatório, salvo os custos de se entregar uma resma de papel ou um pen drive para a obtenção do Edital; e isso nem tem ocorrido por conta de falta de contato pessoal por ocasião da Pandemia do Covid-19 ou mesmo pelo intensíssimo advento das comunicações virtuais; através de e-mails; onde o ato convocatório pode ser enviado ou baixado pela proponente.

Ocorre que, o item 17.2 do termo de referência, solicita apresentação de relação de veículos e equipamentos disponíveis para o contrato em questão. Contudo, a licitante não tem necessidade de apresentar tal relação, mas somente uma declaração de que terá disponível o que for necessário de veículos e equipamentos apenas após a assinatura do contrato.

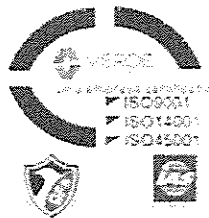
A Lei Federal nº 8666/93, em seu artigo 30, § 6º estabelece que:

“Art. 30, § 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia”.

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu recentemente no Acórdão 365/2017 Plenário, que teve como relator o Ministro José Múcio Monteiro, que a exigência de relação ou comprovação de propriedade ou de compromisso de cessão, locação/leasing ou venda das máquinas e dos equipamentos considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação contraria o art. 30, § 6º, da Lei 8.666/93.

A análise realizada pelo Plenário do TCU entendeu que “as exigências constantes no item 5.1.1.3, são desarrazoadas e ilegais”, uma vez que a Lei de Licitações veda “exigências de propriedade e de locação prévia apenas para participar da licitação, o que restringe sobremaneira a competitividade do certame licitatório”. E, acrescenta ainda que “a comprovação exigida poderia ser





16  
16/07/2022 08:14:1

16  
16

feita quando da assinatura do contrato, uma vez não ser razoável cobrar que a licitante mantenha esse acervo estrutural, **com todos os custos decorrentes, apenas para participar de licitações públicas**". (GRIFOS NOSSOS).

A 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), também já se manifestou sobre o assunto em caso semelhante que foi objeto da Denúncia n.º 942.180, relatada pelo Conselheiro José Viana, em 05/03/2015. Os conselheiros entenderam que a exigência de relação de propriedade ou propriedade de bens ou equipamentos a serem utilizados durante a prestação do serviço não poderia ser um pré-requisito para a comprovação da qualificação técnico-operacional dos licitantes. Tais exigências somente serão possíveis a partir da determinação do vencedor do certame, no momento da assinatura do contrato.

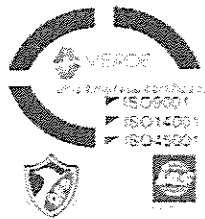
Ademais, percebe-se que a decisão do TCE-MG está em consonância com outros Acórdãos do TCU e também com a Súmula 272 do mesmo Tribunal:

"Súmula nº 272/2012 TCU: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato".

Neste sentido, as jurisprudências apresentadas foram razoáveis e corretas, uma vez que permitem o equilíbrio de forças e a preservação da igualdade entre os licitantes. Exigir que as empresas concorrentes façam vultuosos investimentos previamente ao certame, é desproporcional e restritivo de competitividade. Por isso, tal situação pode indicar possíveis direcionamento de contratação.

A doutrina de Hely Lopes Meirelles, acerca da de tão relevante tema, assim nos ensina:

A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, que através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desiguale os iguais ou iguale os desiguais. O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio do poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado



17  
08/14/2022

editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27. ed Ed. Malheiros Editores. São Paulo:2002. pg. 262.)

Frise-se que, as regras da licitação determinadas no Edital devem permitir a participação do maior número possível de participantes, impondo somente as condições necessárias para que as propostas se adequem às necessidades da Administração Pública.

O que ora se propõe não é apenas a mudança das especificações exigidas no edital, mas de forma a torná-las compatíveis COM A REALIDADE DE MERCADO, e, consequentemente, de forma a se realizar a licitação de acordo com todas as balizas normativas pertinentes e vinculantes, quais sejam: os princípios da eficiência, da isonomia, do caráter competitivo e da captação da proposta mais vantajosa.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, somente considera, para efeitos de licitação, as "exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações", autorizando, assim, exigências que garantam um mínimo de segurança, não admitindo mais nada além desse patamar, de forma que é vedada eventual alegação de pretensão em se obter a maior segurança possível.

Com isso, busca-se, de um lado, evitar o surgimento de empresas aventureiras em detrimento da qualidade do objeto a ser contratado e da segurança do contrato, e, de outro lado, evitar que exigências absurdas ou desmedidas possam ser utilizadas em detrimento à livre concorrência.

Por isso, as exigências contidas no Edital de qualquer licitação deverão ser razoáveis, ensejando a participação do maior número possível de licitantes. A preocupação pela segurança na contratação pelo Poder Público não pode ser transformada em instrumento que acabe por afastar possíveis licitantes, e, assim, eliminar a livre competição, em detrimento do interesse público. E a interpretação dessas exigências deve se dar sob a luz do princípio da razoabilidade.

A licitação pública tem caráter de aquisição e compra e não de fiscalização e controle.





16 FEV 2022 08 14 1

18  
3

Não obstante, tudo leva a crer que o Edital em tela não fora elaborado com absoluta observância da lei e dos princípios da legalidade, da razoabilidade, da isonomia, da impessoalidade, da moralidade, do julgamento objetivo e da competitividade.

Por esse motivo, torna-se imperiosa a impugnação do Edital eivado; para que o mesmo seja alterado e escoimados os vícios que o maculam.

### III – DO PEDIDO

Por todo o exposto, resta claro que o Edital carece ser revisto, face a evidente inconsistência contida e demonstrada pelas razões fáticas e jurídicas acima aduzidas, requer seja a presente impugnação **acolhida e provida**, e o consequente ajuste do Edital e sua republicação realizada, culminando na marcação de nova data para o certame.

Termos em que pede e espera deferimento.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2022.

MARCELO NASCIMENTO Assinado de forma digital por MARCELO  
ANDRADE:10264290720 NASCIMENTO ANDRADE:10264290720  
Dados: 2022.02.15 13:24:23 -03'00'

**VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS EIRELI**

**MARCELO NASCIMENTO ANDRADE**

**SÓCIO**

encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

16 FEV 2022 08 14 1

19  
B

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/02/2022** às **13:24:43** (data e hora de Brasília). Página: 1/1